CANA-DE-AÇÚCAR

AS MUDANÇAS NO SISTEMA DE PAGAMENTO, ADOTANDO-SE O CRITÉRIO DA QUALIDADE DA CANA E AS NOVAS NORMAS DE ESCOAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E ESTOCAGEM DO ÁLCOOL SÃO ALGUNS DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DESTA SAFRA. A ELEVAÇÃO DOS JUROS NOS EMPRÉSTIMOS AGRÍCOLAS NÃO AFETOU AS LAVOURAS, POIS FOI ANUNCIADA APÓS O PLANTIO. EM TERMOS DE EXPORTAÇÕES SÃO BOAS AS PERSPECTIVAS DA RECEITA.

A safra de cana-de-açúcar da região Centro-Sul teve seu início oficial em 1º de junho passado, apresentando, até os primeiros dias de outubro, condições favoráveis para o cumprimento das metas programadas pelo Plano de Safra do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Uma análise dos objetivos de produção fixados pelo Plano permite concluir que o acréscimo da produção canavieira, a ser obtido nesta safra, será destinado à produção de álcool, uma vez que a produção de açúcar permanecerá praticamente inalterada em relação à safra passada (ver Quadro 07). Observa-se que, no caso da produção de açúcar, a participação dos cinco estados maiores produtores (São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Minas Gerais) mantém-se inalterada, com uma produção conjunta que representa 91% do total do país. No que diz respeito à produção de álcool, o Paraná surge, pela primeira vez, como o terceiro maior produtor brasileiro, ultrapassado apenas por São Paulo e Alagoas. São Paulo, aliás, mantem sua posição hegemônica, com uma produção que corresponde a 79% da região Centro-Sul e a 63% do total nacional.

A safra apresentou alguns problemas, pois as fortes chuvas que ocorreram, sobretudo em São Paulo, no final de maio e início de junho, chegaram a paralisar o corte e a entrega da cana às usinas. Entretanto, o atraso foi compensado, nesta safra, pelo início antecipado da moagem (segunda quinzena de abril) por um número maior de usinas. Observe-se que nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até 15 de agosto do presente ano, tinham sido moídas 57,7 milhões de t de cana, enquanto que, no mesmo período, em 1982, a quantidade de cana processada foi de 47,5 milhões de t. Por outro lado, as chuvas que continuam atingindo as regiões produtoras, embora não causem maiores prejuízos à lavoura, deverão retardar o término da colheita, na medida em que se tornam mais lento o corte e o transporte da cana.

Em contrapartida ao atraso provocado pelas chuvas, vale destacar seus efeitos benéficos para o desenvolvimento da planta. Desta maneira, espera-se para esta safra uma significativa elevação da produtividade agrícola, ao mesmo tempo em que o rendimento industrial deve permanecer em um nível semelhante ao dos últimos anos. Foi diante da perspectiva de realização de uma volumosa safra que se inseriu a reivindicação dos produtores de ampliação das metas de produção fixadas pelo IAA. Diante da ameaça de sobra de canaviais não colhidos no final da safra, o IAA autorizou a produção comple-

QUADRO 07 – BRASIL – PRODUÇÃO AUTORIZADA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL – SAFRAS 1982/83 E 1983/84

REGIÕES E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES	AÇÚCAR (1.000 t)		ÁLCOOL (1.000 m³)	
	SAFRA 1982/83	SAFRA 1983/84	SAFRA 1982/83	SAFRA 1983/84
Norte/Nordeste	3.290	3.423	1.151	1.429
Pernambuco	1.419	1.489	340	400
Alagoas	1.356	1.376	542	631
Centro/Sul	5.880	5.577	4.679	5.631
Minas Gerais	542	501	171	230
Rio de Janeiro	605	533	190	190
São Paulo	4.380	4.261	3.833	4.448
Paraná	–202	160	297	403
BRASIL	9.170	9.000	5.830	7.060[1]

FONTE – IAA

[1] Após a publicação do Plano de Safra foi autorizada a produção de mais 542.000 m³ de álcool, o que eleva a produção nacional da safra 1983/84 para 7.602.000 m³.

mentar de 542 milhões de litros de álcool, a serem distribuídos em quotas entre os estados da região Centro-Sul. Tal medida, entretanto, não satisfez completamente a reivindicação dos produtores, que pretendiam uma elevação de um bilhão de litros sobre a produção de álcool inicialmente fixada. Ainda como conseqüência dos ganhos de produtividade, algumas destilarias já haviam completado, em meados de setembro, o limite máximo de produção determinada pelo IAA. Diante disto, o Instituto autorizou a complementação da produção dessas destilarias, desde que fosse por conta e risco próprios, sem benefícios de *"warrantagem"* e sob a condição de que tivessem capacidade de tancagem suficiente para armazenar o álcool complementar a ser produzido.

Na Região Nordeste, a safra, iniciada em 1º de setembro, está cercada de expectativas quanto aos possíveis efeitos da seca, que há cinco anos atinge a Região. As estimativas de redução de até 10% da produção em relação ao ano passado, veiculadas por alguns produtores, deverão restringir-se somente a determinadas áreas, como a Zona da Mata Norte em Pernambuco e o Sul de Alagoas. Ainda assim, estas perdas dependem do comportamento do clima nos meses de setembro e outubro. Caso ocorra uma chuva branda, neste período, o desenvolvimento das plantas será favorecido. Registre-se, ainda, que durante este ano, a pluviosidade nas regiões produtoras, embora menor, está melhor distribuída, o que deverá favorecer o rendimento industrial.

No entanto, não são apenas os fatores climáticos que devem ser ressaltados na análise da safra em curso.

Um elemento novo, na presente safra, é a resolução do IAA que instituiu a obrigatoriedade de pagamento da cana pela qualidade, na Região Centro-Sul. A implantação deste sistema, que substitui o critério de pagamento da cana unicamente pelo peso, implica também na avaliação dos fatores de pureza e teor de sacarose. Essa medida é reconhecida como um passo necessário para a maior racionalização e aprimoramento de todo o sistema de relações da agroindústria. No entanto, ainda que seja um sistema de uso corrente em todos os países grandes produtores de açúcar, não encontrou, até o momento, no Brasil, condições favoráveis à sua implantação. Desde a realização das primeiras experiências durante a safra 1978/79, em Alagoas, o sistema de pagamento pela qualidade enfrenta resistências por parte dos fornecedores, que temem a manipulação de dados pelas usinas, tendo em vista que os laboratórios para a avaliação da qualidade da cana são instalados dentro das unidades fabris. Os usineiros, por seu turno, reclamam dos altos custos para a instalação destes laboratórios.

Contudo, as dificuldades que se apresentam na atual safra, para o cumprimento do ato do IAA, parecem pertencer a outra ordem de fatores. De fato, ainda que parte considerável das usinas já disponha dos laboratórios apropriados para as análises requeridas, o sistema parece ter sua implantação comprometida por questões de natureza financeira. Ou seja, o pagamento da cana entregue pelos fornecedores tem sofrido constantes atrasos, em função do retardamento na liberação, para a indústria, do crédito para estocagem — *"warrantagem"* — pelos agentes financeiros. Diante dos problemas de fluxo de caixa gerados por esta prática, o setor industrial alega não ter condições de obedecer a Resolução 09/83, do IAA, que fixa o pagamento de 76% do preço da t de cana, até o dia 5 de cada mês. As usinas limitam-se a pagar 63% daquele preço básico e não pagam o ágio devido aos fornecedores que, porventura, entreguem a matéria-prima com qualidade superior àquela fixada como média, pelo novo sistema de pagamento.

Na região Nordeste, o sistema de pagamento pela qualidade deve ainda encontrar dificuldades para sua completa implantação. Cabe ressaltar que, embora este sistema já tenha sido experimentado em Alagoas, o processo de instalação de laboratórios nas usinas daquele estado encontra-se atrasado. Em Pernambuco, as dificuldades parecem ainda de maior vulto. Isto porque o contingente de fornecedores de cana é predominantemente de pequenos produtores, com um nível de produtividade muito baixo. A simples implantação do sistema poderia acarretar o desaparecimento de parcela considerável desses pequenos produtores. Apesar dessas implicações negativas, não há como deixar de ressaltar a importância da alteração do critério de pagamento para o complexo agroindustrial canavieiro do país.

A safra 1983/84 defronta-se ainda com sérios problemas de ordem econômica. Em primeiro lugar, observa-se um agravamento das condições de concessão e pagamento do crédito agrícola. Embora o volume de crédito oferecido tenha sido suficiente para a demanda existente, ele se tornou substancialmente mais caro, acarretando um retraimento dos produtores, em especial daqueles economicamente mais

frágeis. O fato não se manifesta como regra geral para todas as regiões, mas, em alguns estados, como é o caso de Pernambuco, há redução na procura do crédito, provocando uma menor atenção aos tratos culturais. Os efeitos sobre a presente safra ainda serão de pequena monta, já que a elevação de juros do crédito agrícola ocorreu quando o plantio já tinha sido realizado. Entretanto, para a próxima safra (1984/85) os prejuízos deverão ser sentidos, particularmente no que diz respeito à adubação, que deverá ser diminuída.

Além da elevação dos encargos financeiros, outros itens da estrutura de custos de produção da cana-de-açúcar sofreram pesados aumentos de preços. Neste caso, destacam-se os fertilizantes, combustíveis e lubrificantes, aumentados, sobretudo, pela aceleração das desvalorizações cambiais.

No contexto atual, de grandes dificuldades econômicas para o país, os últimos aumentos de 48,5% para a cana e de 49,8% para o açúcar e o álcool, concedidos no princípio de outubro, ainda que bem abaixo da reivindicação de 73% pleiteada pelos produtores, superaram as expectativas mais pessimistas.

Os reajustes anteriores de preços provocaram profunda insatisfação entre os fornecedores e usineiros, acarretando uma polêmica, ante a possibilidade de retirada dos subsídios concedidos à agroindústria canavieira. No caso específico do Nordeste, parece existir uma convicção generalizada de que são mínimas as condições de sobrevivência para a maior parte dos produtores, devido aos baixos níveis de produtividade das lavouras. A questão apresenta uma certa complexidade, envolvendo não somente a viabilidade técnica da produção de cana naquela região, mas também aspectos de ordem social, tais como os empregos que a atividade gera e sua contribuição em impostos.

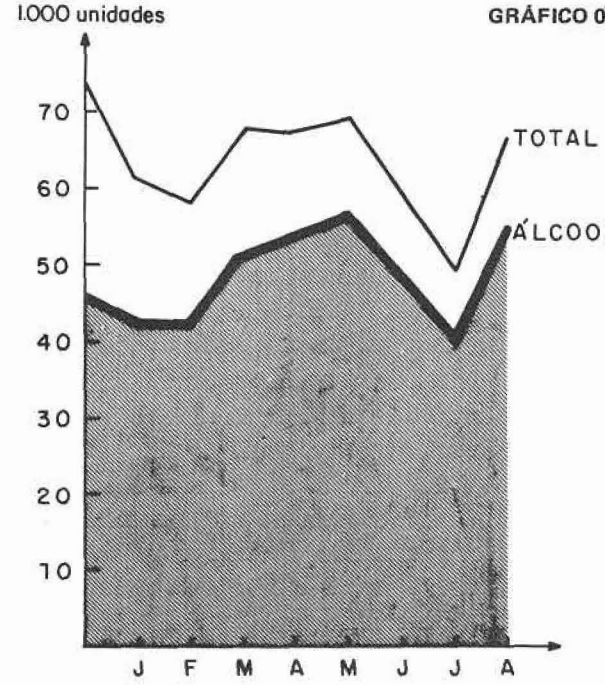
No que se refere ao Programa do Álcool, deve-se atentar para sua crescente afirmação no cenário das alternativas energéticas do país e aprofundar a discussão sobre seus rumos e impasses.

Em setembro último, a indústria automobilística brasileira produziu o milionésimo veículo a álcool. Esta marca tornou-se possível a partir de uma política de estímulos à procura, por intermédio, entre outras medidas, da fixação, para veículos a álcool, de uma Taxa Rodoviária Única (TRU) de valor mais baixo, da isenção do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e da autorização para abastecimento aos sábados. De influência decisiva, no entanto, foram as facilidades concedidas para a aquisição de táxis a álcool, tornando seu preço aproximadamente 44% inferior àquele cobrado para automóveis de passeio da mesma marca. Com esta última medida, abriu-se a possibilidade para a renovação da grande maioria da frota de táxis no país. O Gráfico 03 mostra o desempenho das vendas de veículos a álcool, até o mês de agosto do presente ano. Com uma participação que variou de 60% a 80% do total das vendas, o carro a álcool tornou-se, na atual conjuntura recessiva, um fator fundamental para uma boa *performance* da indústria automobilística. Observe-se que, em 1983, já foram incorporadas à frota de veículos a álcool aproximadamente 400 mil novas unidades. Diante disto, tudo leva a crer que, no final deste ano, terá sido superada a previsão de vendas de 500 mil veículos movidos por este combustível.

Contudo, se a demanda pelo álcool vem crescendo, é igualmente vigorosa a elevação de sua oferta, o que acarreta uma constante preocupação para os responsáveis pela produção e pela distribuição do produto, de modo a evitar níveis elevados de estoques. É exatamente nos meses de outubro e novembro, quando a safra no Centro-Sul está no ápice, que os estoques de álcool alcançam os maiores volumes.

VENDAS MENSAIS DE VEÍCULOS NO ATACADO

JANEIRO A AGOSTO DE 1983



Fonte : ANFAVEA

No início de setembro, segundo o IAA, existiam em poder dos usineiros 2 bilhões e 641 milhões de litros de álcool, além de 400 milhões de litros nos tanques da Petrobrás. As medidas de ampliação da capacidade de tancagem das destilarias e da própria Petrobrás, implementadas antes do início da safra, permitiram que os atuais 3 bilhões de litros pudessem ser armazenados, uma vez que não tinham perspectiva de consumo imediato. No entanto, ainda que venham sendo superadas com sucesso as limitações físicas da tancagem do álcool, os custos de armazenagem estão-se tornando muito elevados. Isto tem criado uma disputa entre os produtores e a Petrobrás, cada parte buscando atribuir à outra as principais obrigações na manutenção dos estoques. No centro dessa disputa, coloca-se a questão da forma de ***faturamento,*** pelas destilarias, do álcool estocado. Até a segunda quinzena de agosto último, prevalecia o sistema em que a Petrobrás e as distribuidoras particulares pagavam aos produtores de álcool o valor da safra, rateado em doze meses. Com isto, os produtores não faturavam, por inteiro, o álcool já produzido. Recentemente, foram estabelecidas novas normas de escoamento, comercialização e estocagem de álcool. Para as destilarias anexas, a safra é dividida em nove meses e remunerada nesse período. Para as destilarias autônomas, o prazo é de sete meses. Desta maneira, os produtores se beneficiam com a antecipação do pagamento.

Como solução para o problema de grande volume de álcool estocado, no atual período da safra, menciona-se a possibilidade de aumento da percentagem da mistura da gasolina com o álcool anidro, de 20% para 23%. Contudo, esta iniciativa encontra dificuldades de ordem técnica para ser implementada.

Embora o Proálcool, dentro dos objetivos do governo, seja um programa bem sucedido até o momento, não significa que tenha alcançado sua maturidade. A atual safra, que põe em destaque o excepcional volume de produção atingido por este combustível renovável, relança alguns aspectos do Programa que ainda não foram solucionados. Por exemplo, se o Proálcool prosseguirá como um programa voltado exclusivamente para substituição da gasolina. O que se pretende realçar é a necessidade de que todos os setores envolvidos com o Programa abandonem de vez a timidez na busca de novos mercados alternativos para o álcool. Cabe examinar a possibilidade de extensão dos estímulos concedidos ao automóvel a álcool para caminhões e tratores. Cabe verificar a viabilidade da mistura do álcool com o óleo diesel e prosseguir nos esforços de viabilização econômica do álcool aditivado.

Insistindo neste ponto, deve ser enfrentado com maior rigor o problema da utilização dos resíduos da produção alcooleira. Para um programa que almeja o respeito da sociedade, não existem justificativas para o lançamento de grande volume de vinhoto em rios próximos, como aconteceu recentemente em Pernambuco. Os prejuízos ecológicos e sociais mostram-se imensos, ao mesmo tempo em que se desperdiça, mais uma vez, a utilização deste subproduto como fertilizante.

MERCADO EXTERNO

As estimativas para a safra 1983/84 indicam uma nítida reversão do quadro de superávit que prevaleceu no mercado açucareiro mundial desde a safra 1981/82. Segundo a última previsão da empresa alemã *F.O. Licht,* a produção mundial poderá ficar entre 92 e 95 milhões de t, ao mesmo tempo em que o consumo coloca-se um pouco abaixo de 96 milhões de t. Comparando-se com a estimativa da safra 1982/83, em que a produção foi de 99,8 milhões de t e o consumo de 94,2 milhões de t, conclui-se que enquanto a demanda mantém sua taxa de crescimento média em torno de 2%, a produção poderá sofrer uma perda de até 8%.

Os fatores que contribuem, na presente safra, para este decréscimo da produção já foram mencionados em número anterior de **Agroanalysis** (ver Vol. 7, nº 7, de julho de 1983). Nos últimos dois meses, confirmaram-se os prejuízos causados por problemas climáticos às safras de Cuba, Austrália e África do Sul. No caso de Cuba, a safra anterior já havia sofrido uma perda de aproximadamente 1 milhão de t. Para a safra 1983/84 deverão ainda ser sentidos os efeitos das chuvas torrenciais que atingiram as áreas de plantio daquele país, nos primeiros meses do ano.

Entretanto, a quebra de safra mais grave parece ter ocorrido na África do Sul. As estimativas mais recentes indicam uma produção de apenas 1,5 milhão de t, ou seja, menos de 35% da safra anterior. Essa drástica redução da produção teve como causa a seca que atingiu o Pacífico Sul, provocando pro-

nunciada escassez de matéria-prima para a indústria açucareira.

Os prognósticos sobre a safra de beterraba da Comunidade Econômica Européia indicam, igualmente, uma substancial redução da produção de açúcar. A última estimativa de ***F.O. Licht,*** divulgada ao final de agosto, indica uma produção de 11,42 milhões de t, ou seja, 35% abaixo do total alcançado na safra 1982/83. As causas desta redução localizam-se, em parte, mais uma vez, em fenômenos climáticos. Assim, no período de plantio, ocorreram prolongadas chuvas, prejudicando esta etapa da cultura. Em contraposição, após o plantio, seguiu-se um período de seca, que influenciou negativamente o desenvolvimento da plantação de beterraba. O decréscimo da produção deve também ser atribuído à redução da área de plantio, estimada em 8,7%. A provável diminuição da oferta da CEE causou repercussões imediatas no mercado. Entretanto, os últimos testes de produtividade revelam que as perdas poderão não assumir as proporções inicialmente projetadas.

Os prejuízos registrados nas safras de alguns dos principais produtores de açúcar são parcialmente compensados pelo bom desempenho em outros países. De acordo com a estimativa da Corretora ***Gill and Duffus,*** os países que apresentam melhor desempenho nesta safra, quando comparada com a safra passada, são a União Soviética, com 7,1 milhões de t, o México, com 2,8 milhões de t, as Filipinas, com 2,2 milhões de t, e a Turquia, com 1,7 milhão de t.

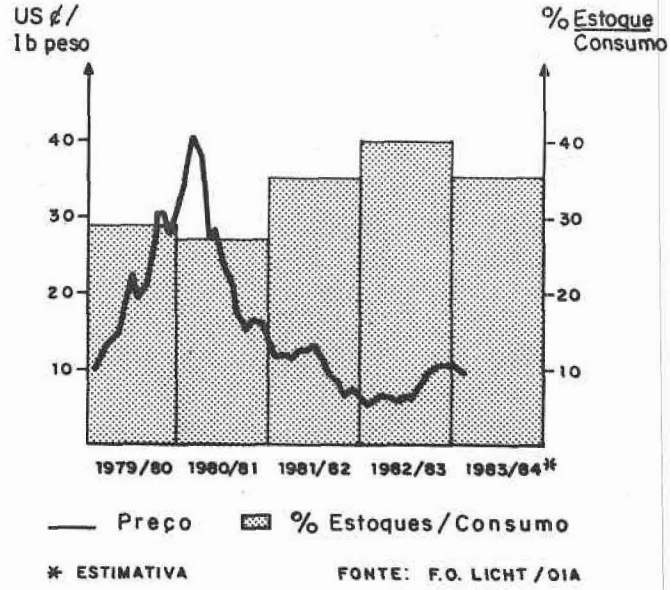
Em relação ao consumo, o fator que vem causando maiores embaraços para sua expansão é a contínua substituição do açúcar pelo xarope de milho, em países altamente industrializados, como os Estados Unidos da América, o Canadá e o Japão. Neste ano, esta tendência foi acentuada com a decisão dos dois maiores fabricantes de refrigerantes norte-americanos de aumentar em larga escala a utilização do xarope. Com isto, fortalece-se a previsão de que os EUA irão consumir, em 1983, um total de 3,3 milhões de t deste produto, muito embora com as recentes dificuldades da safra de milho norte-americana, acentue-se a possibilidade de que o preço do ***high fructose corn syrup*** aumente de 15 centavos para quase 20 centavos por libra, o que o aproximaria bastante do preço do açúcar cotado internamente naquele mercado.

Os fatos anteriormente referidos parecem apontar para perspectivas seguras de recuperação dos preços. Ainda assim, esta perspectiva de recuperação limita-se apenas a uma interrupção momentânea do ciclo de preços baixos, provocada por causas, em sua maior parte, acidentais. A ausência de ruptura dos fatores que efetivamente desorganizam o mercado, combinada com o peso de um volumoso estoque formado nos três últimos anos de super produção, limita, em muito, a possibilidade de que a atual recuperação dos preços repita os níveis alcançados em 1974 e 1980.

O Gráfico 04 estabelece uma comparação entre a relação estoques/consumo e o desempenho dos preços nos últimos cinco anos. Nele se observa a marcante influência daquela relação sobre o comportamento dos preços. Considerando-se que a relação percentual entre os estoques e o consumo fique em 35% nesta safra, ou seja, algo muito superior ao nível de 25%, considerado ideal para o equilíbrio do mercado, conclui-se que, ainda neste período, os preços serão pressionados para baixo, diante dos estoques existentes.

O desempenho das cotações do açúcar no primeiro semestre deste ano dá uma viva demonstração das dificuldades que o mercado encontra para a sustentação dos preços em níveis mais elevados. Desta maneira, constata-se que após uma ligeira recuperação das cotações em abril último, quando o produto chegou a ser cotado a 11 centavos/libra-peso,

AÇÚCAR - PREÇO MUNDIAL E RELAÇÃO PERCENTUAL ESTOQUES / CONSUMO
1979/80 A 1983/84 **GRÁFICO 04**



* ESTIMATIVA FONTE: F.O. LICHT / OIA

novos movimentos baixistas predominaram, estabilizando os preços em torno de 9 centavos/libra-peso nos meses de agosto e setembro.

É importante frisar o papel desempenhado pelos países subdesenvolvidos exportadores de açúcar que, em face de seus graves problemas de balanço de pagamentos, vêm buscando realizar vendas, nem sempre a preços compensadores. O Brasil inclui-se entre estes países, destacando-se aqui a recente tentativa de realizar vendas, sob a condição de pagamento antecipado, de quantidade considerável do produto.

O que parece inquestionável é a necessidade do mercado açucareiro mundial de dispor de mecanismos reguladores eficazes e abrangentes, ou seja, de um novo Acordo Internacional consideravelmente mais efetivo do que aquele que vigorou até o momento.

Entretanto, este novo Acordo não existirá em um curto prazo. As possibilidades para isto se esgotaram na Conferência Negociadora, reunida no mês de setembro para discutir o encerramento do convênio, que vigora desde 1977, e a elaboração de um novo Acordo. Esta reunião, convocada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), já havia sido precedida por uma primeira rodada de negociações, em Genebra, no último mês de maio, sem obter qualquer avanço mais significativo, salvo a participação da CEE entre os países negociadores.

Em setembro último, destacaram-se algumas propostas apresentadas pelos principais países exportadores, que polarizaram dois aspectos centrais: a criação de mecanismo de controle da oferta e formação de estoques de segurança.

O Brasil, seguindo o padrão estabelecido em acordos anteriores, propôs o estabelecimento de um sistema de quotas de exportação que variariam de acordo com o movimento dos preços — e é neste particular que a proposta brasileira é inovadora. Contudo, a CEE não aceita limitar sua produção, rejeitando este mecanismo. A única hipótese de reduzir a produção admissível para a Comunidade seria no caso de os preços caírem abaixo de um nível mínimo, a ser fixado pela Organização Internacional do Açúcar.

Por seu turno, a CEE propôs que o instrumento básico de estabilização dos preços fosse a formação de um estoque regulador. De acordo com a movimentação dos preços seriam acionados mecanismos de estocagem e desestocagem. Embora os demais países se declarem favoráveis à formação de estoques, as divergências surgem quando da definição como estes seriam formados e em que quantidade. O Brasil defende a imediata formação de um estoque inicial de 6 milhões de t. A Austrália considera este nível muito elevado, tendendo a se aproximar da proposta da CEE de formação progressiva de um estoque de 3 a 6 milhões de t. A CEE defende, ainda, que todos os países signatários do Acordo — incluindo exportadores e importadores — participem das despesas financeiras da manutenção deste estoque.

A tentativa de conciliação das diferentes idéias surgiu do Presidente da OIA. Sua proposta consistia na definição de uma faixa livre de preços de 11 a 16 centavos/libra-peso. Quando os preços caíssem abaixo dos 11 centavos, os exportadores reduziriam suas quotas, denominadas Disponibilidade Especial de Referência (DER), procedendo-se à formação de um estoque estratégico. No caso de que os preços superassem os 16 centavos/libra-peso, o estoque começaria a ser liberado. A dificuldade de execução desta proposta reside nos critérios a serem utilizados para a fixação das DER's.

Um terceiro impasse nas discussões em Genebra referiu-se à definição de uma política para os chamados arranjos especiais. Esta disputa polarizou as posições de Austrália e Cuba, esta última diretamente envolvida com os acordos paralelos que celebra com a URSS e os países do bloco do Comecon.

Assim sendo, a Conferência notabilizou-se apenas pela existência de propostas, ainda pronunciadamente díspares, para se obter um novo Acordo. Uma terceira rodada de negociações deverá ser efetuada no próximo mês de fevereiro, o que significa que, na melhor hipótese, um novo Acordo poderá vigorar apenas a partir da segunda metade do próximo ano. Até lá, o mercado permanecerá sob todos os efeitos de fatos circunstanciais que sobre ele incidem, assim como a Comunidade Econômica Européia continuará negociando no mercado, livre de qualquer imposição disciplinadora.

A ausência da CEE é hoje reconhecida como uma demonstração cabal da fraca capacidade do Acordo em vigor, para a estabilização do mercado. Entretanto, para os países mais necessitados de divisas, a adesão da CEE ao Acordo significaria uma redução nas quotas de exportação daqueles países frustrando, no curto prazo, a possibilidade de obte-

rem os recursos de que necessitam com a venda de maior quantidade de açúcar.

Este é o caso do Brasil que, com base no Acordo em vigência, mantém uma quota de exportação de 2,8 milhões de t. Para 1983, considerando-se que o mercado não deverá mostrar qualquer alteração mais significativa, torna-se possível prever um resultado nas exportações de açúcar ligeiramente superior àquele obtido no ano passado. Até o final de agosto, o país exportou 1,441 milhão de t, obtendo uma receita de US$ 288,7 milhões. Este desempenho indica um preço médio de exportação de US$ 200/t. Considerando-se que o açúcar exportado custa para o IAA algo em torno de US$ 300/t, fica evidente a gravosidade com que estas exportações estão sendo realizadas. Entretanto, para os próximos meses, este quadro deve ser alterado, visto que não apenas as cotações no mercado apresentaram alguma recuperação como, também, o país ainda realizará vendas referentes a contratos de longo prazo com preços mais vantajosos. Neste sentido, afirma-se a tendência já apontada em **Agroanalysis** (Vol. 7 — julho de 1983) de que a receita das exportações brasileiras de açúcar se situe em uma faixa entre US$ 600 e US$ 700 milhões.

No que diz respeito às exportações de álcool e melaço, o quadro mostra-se mais alentador do que aquele verificado no ano passado. O álcool, embora com um custo interno superior ao preço do mercado internacional, tem suas exportações estimuladas pelas condições cambiais. A gravosidade nas vendas do produto torna-se mais acentuada quando os Estados Unidos da América são os compradores, já que este país faz incidir sobre o álcool uma sobretaxa de US$ 50 por galão americano (3,785 litros). Ainda assim, a meta inicial de exportação, fixada em 100 milhões de litros, deverá ser amplamente ultrapassada, podendo mesmo atingir o volume de 300 milhões de litros, o que, em divisas para o país, pode significar uma receita de até US$ 80 milhões.

No caso do melaço, observa-se uma retomada das exportações, que coincide com sensível recuperação dos preços. A quantidade exportada poderá atingir até 500 mil t que, a uma cotação média de US$ 72/t, deve totalizar um ganho em torno de US$ 36 milhões.

As atuais dificuldades econômicas atravessadas pelo país, combinadas com o crescente nível de organização dos trabalhadores rurais de alguns estados do Nordeste têm contribuído para aumentar a tensão em áreas produtoras, em especial nas épocas de dissídio coletivo dos cortadores de cana. Ao recente movimento grevista, que eclodiu em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, não podem ser atribuídos prejuízos mais significativos, para a safra, visto que o tempo de duração em que o corte foi interrompido não chegou a atingir, em ambos os casos, uma semana.

A concordata pedida por seis das dez empresas do Grupo Hermínio Ometto também deve ser compreendida no contexto da profunda crise econômica que abala o país, à qual, a agroindústria canavieira não poderia ficar imune. Neste caso específico, as dificuldades financeiras do Grupo agravaram-se com a maxidesvalorização do cruzeiro, em fevereiro último, na medida em que sua dívida, resultante de empréstimos em moeda estrangeira, a partir da Resolução nº 63 do Banco Central, tornou-se extraordinariamente elevada quando convertida em cruzeiros.

